



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

# CADERNO DE QUESTÕES

EDITAL Nº 03/2010 – DRH-SELAP-RECSEL  
COM AS ALTERAÇÕES DOS  
EDITAIS Nº 06/2010 E Nº 45/2010 – DRH-SELAP-RECSEL

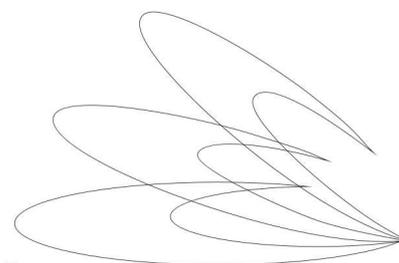
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE

## OFICIAL DE JUSTIÇA PJ-H

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 24
Conhecimentos Específicos	25 a 56
Tópicos de Legislação	57 a 78

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Inscrição nº: \_\_\_\_\_



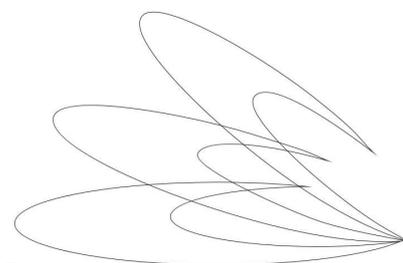


**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

# INSTRUÇÕES

- 1 Esta PROVA consta de **78** questões objetivas, assim distribuídas: **Língua Portuguesa** - 24 questões; **Conhecimentos Específicos** - 32 questões; **Tópicos de Legislação** - 22 questões.
- 2 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 3 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta, de escrita grossa, na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 4 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 79 serão desconsideradas.
- 5 Durante a prova, não será permitida ao candidato qualquer espécie de consulta a livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem será permitido o uso de máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, telefones celulares ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares.
- 6 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 7 A duração da prova é de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 8 O candidato somente poderá se retirar da sala de Prova 1 (uma) hora após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de Prova 3 (três) horas após o seu início.
- 9 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

**Boa prova!**



**Instrução:** As questões 01 a 12 referem-se ao texto abaixo.

01. Recentemente, Helene Hegemann, uma jovem alemã de apenas 17 anos, fez grande sucesso de crítica com seu primeiro romance, intitulado "Axolotl Roadkill". O problema é que logo se descobriu que longos trechos haviam sido \_\_\_\_\_ da obra de um autor menos conhecido. Pois bem, longe de pedir desculpas pelo plágio, a moça afirmou que "não existe originalidade; o que existe é autenticidade". Ao que um crítico comentou, com razão: "De fato, trata-se de um autêntico roubo".

11. É evidente que o fato de não haver originalidade absoluta não significa que não haja originalidade relativa ou que esta não possa em princípio ser \_\_\_\_\_. Do contrário, o que justificaria chamar a própria Helene Hegemann de AUTORA de "Axolotl Roadkill"?

16. Contudo, a falsa tese de que simplesmente não existe originalidade tornou-se trivial nesses tempos de internet e de "cópia e cola", e é freqüentemente \_\_\_\_\_, nos Estados Unidos (será diferente no Brasil?), por alunos universitários acusados de plágio. Essas idéias parecem-me remontar ao ensaio "A Morte do Autor", escrito por Roland Barthes no ano de 1968. "A escritura", lê-se ali, "é a destruição de toda voz, de toda origem".

25. O sentido mais legítimo da retórica da "morte do autor" é o de programaticamente afirmar a autonomia do objeto dos estudos literários - a autonomia do texto - contra a sua redução à psicologia, à história, à filosofia etc. Hegemann se sente capaz de empregar a mesma retórica para justificar o plágio porque, independentemente das intenções de Barthes, ela, como tantos outros, apropriou-se de tal figura para os seus próprios fins. Afinal, ele mesmo declarava que "o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor".

36. De todo modo, ao contrário do que Barthes pretende, não é verdade que o autor seja uma figura moderna, um produto de nossa sociedade, que, ao emergir da Idade Média, descobriu o prestígio do indivíduo. A figura do autor é indissociável do próprio emprego da escritura e já se encontra inteiramente definida na Antigüidade Clássica. Só as culturas orais primárias não a conheciam. Assim, é possível, por exemplo, que "Homero" fosse, na cultura oral primária, um nome genérico para determinado tipo de bardo, porém seria absurdo dizer algo semelhante de poetas líricos como Píndaro, Safo, Teógnis etc.

48. Normalmente, copiar uma obra ou um trecho de uma obra *ipsis litteris*, sem nada lhe modificar ou adicionar, e pretender ser o seu autor é inadmissível em qualquer sociedade letrada, pois não passa de impostura.

53. Contudo, usar, no interior de uma obra, um texto que, tendo sido escrito por outro autor, seja universalmente conhecido não constitui plágio, mesmo que a fonte não seja citada. Assim podiam na Antigüidade Clássica ser usados, por exemplo, os poemas atribuídos a Homero. Assim também podem ser usados os

59. versos "No meio do caminho da nossa vida" e "E agora, José", no Brasil contemporâneo.  
61. Já copiar uma obra pouco conhecida, como Helene Hegemann fez, é inaceitável, pois lesa o seu autor. A bem da verdade, o crítico francês Roger Caillois admite uma possibilidade legítima de fazê-lo. Para ele, sempre se justifica a apropriação de uma obra medíocre, caso o resultado seja uma obra-prima; mas as obras primas são muito raras.

**Adaptado de: CÍCERO, A. Originalidade e Plágio. Folha de S. Paulo, sábado, 21/08/2010, p. E12.**

**01.** Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 05, 13 e 19.

- (A) copiado – conferida – invocado
- (B) copiados – conferida – invocada
- (C) copiado – conferido – invocada
- (D) copiados – conferida – invocado
- (E) copiados – conferido – invocada

**02.** De acordo com o texto,

- (A) a intenção de Barthes, ao escrever "A Morte do Autor", era a de permitir uma abordagem do texto em si mesmo, sem recurso a explicações históricas ou psicológicas.
- (B) copiar trechos de uma obra conhecida, como citação, não constitui plágio, desde que não haja referência ao autor da obra original.
- (C) a apropriação feita por Hegemann da obra de um autor menos conhecido se justifica porque ela produziu, a partir do texto original, uma obra de maior valor literário.
- (D) Hegemann e outros se equivocam ao fazerem uma leitura muito literal do que Roland Barthes pretendia dizer, ao escrever "A Morte do Autor".
- (E) na Antigüidade Clássica, só poetas líricos tinham reconhecida a autoria da sua obra.

**03.** Considere as seguintes afirmações sobre o emprego de palavras ou expressões no texto.

- I - Nas linhas 49 e 50, a construção **sem nada lhe modificar ou adicionar** contribui para a compreensão da expressão latina **ipsis litteris** (l. 49).
- II - A utilização do verso **"E agora, José"** (l.59-60), embora não remeta a texto literário de autor conhecido, retoma a tradição das quadrinhas folclóricas.
- III- Ao iniciar-se a frase da linha 25 com **O sentido mais legítimo**, fica evidente que o autor, Antônio Cícero, considera que um texto tem um sentido genuíno, pretendido pelo seu redator.
- IV - A expressão **sociedade letrada** (l. 51) contrapõe-se a **cultura oral primária** (l. 44).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas I e III.  
 (D) Apenas I, III e IV.  
 (E) I, II, III e IV.

**04.** Assinale a alternativa em que a palavra da direita substituiria corretamente a palavra da esquerda, se empregada no texto.

- (A) **trivial** (l. 17) – pública  
 (B) **remontar** (l. 21) – aludir  
 (C) **programaticamente** (l. 26) – pragmaticamente  
 (D) **primárias** (l. 43) – insipientes  
 (E) **impostura** (l. 51-52) – estipulação

**05.** Assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade de reescrita adequada do trecho **tendo sido escrito por outro autor** (l. 54).

- (A) ainda que tenha sido escrito por outro autor  
 (B) contanto que tenha sido escrito por outro autor  
 (C) como foi escrito por outro autor  
 (D) desde que escrito por outro autor  
 (E) justamente por ter sido escrito por outro autor

**06.** As afirmações abaixo referem-se à estruturação de palavras no texto.

- I - Pode-se considerar que os substantivos **roubo** (l. 10) e **emprego** (l. 41) sejam formados a partir dos verbos **roubar** e **empregar**, respectivamente, pelo processo conhecido como derivação regressiva.
- II - São formados a partir de adjetivos os substantivos **originalidade** (l. 07-08), **autenticidade** (l. 08) e **destruição** (l. 23).
- III- O adjetivo **indissociável** (l.40) é formado a partir do adjetivo **sociável**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) I, II e III.

**07.** Considere o trecho a seguir.

**Já copiar uma obra pouco conhecida, como Helene Hegemann fez, é inaceitável, pois lesa o seu autor. A bem da verdade, o crítico francês Roger Caillois admite uma possibilidade legítima de fazê-lo. Para ele, sempre se justifica a apropriação de uma obra medíocre, caso o resultado seja uma obra-prima; mas as obras primas são muito raras.** (l. 61-67)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o valor semântico-discursivo desencadeado pela utilização de cada elemento sublinhado no trecho acima.

- (A) **Já** = tempo  
 (B) **A bem da verdade** = concessão  
 (C) **Para** = finalidade  
 (D) **caso** = consecução  
 (E) **mas** = concessão

**08.** Na linha 19, os parênteses foram empregados para

- (A) indicar o uso da linguagem em função emotiva.  
 (B) indicar um comentário endereçado ao leitor.  
 (C) acrescentar um argumento adicional para sustentar a idéia de que o plágio é trivial.  
 (D) acrescentar um dado imprescindível ao entendimento da frase, sem romper com a sua estrutura.  
 (E) realçar a importância do que está sendo dito no trecho, no que se refere à quantidade de universitários que plagiam textos.

**09.** Considere o emprego do vocábulo **se** nos trechos destacados abaixo.

- I - **se sente capaz de empregar a mesma retórica** (l. 29-30)  
 II - **apropriou-se de tal figura para os seus próprios fins** (l. 32-33)  
 III- **deve pagar-se com a morte do autor** (l. 34-35)

Em quais deles, admite-se a análise do **se** como indicador de voz passiva?

- (A) Apenas em I.  
 (B) Apenas em II.  
 (C) Apenas em III.  
 (D) Apenas em II e III.  
 (E) Em I, II e III.

**10.** A seguir são apresentadas palavras relacionadas morfológicamente a palavras contidas no texto. Assinale a alternativa em que a palavra da direita está grafada **INCORRETAMENTE**.

- (A) **evidente** (l. 11) – evidência  
 (B) **capaz** (l. 29) – capacidade  
 (C) **pretender** (l. 50) – pretensioso  
 (D) **contemporâneo** (l. 60) - contemporaniedade  
 (E) **lesa** (l. 62) – lesado

**11.** Considere as seguintes afirmações sobre acentuação gráfica no texto.

- I - A palavra **Clássica** (l. 42) recebe acento gráfico pela mesma regra de **genérico** (l. 45) e de **líricos** (l. 47).  
 II - A palavra **atribuídos** (l. 57-58) recebe acento gráfico pela mesma regra de **mediocre** (l. 65).  
 III- A palavra **inaceitável** (l. 62) recebe acento gráfico pela mesma regra de **fazê-lo** (l. 64).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) I, II e III.

**12.** Considere as palavras abaixo.

- 1) **crítico** (l. 08)  
 2) **cópia** (l. 18)  
 3) **contrário** (l. 36)  
 4) **porém** (l. 46)

Caso seus acentos fossem retirados, quais delas passariam a representar formas verbais da língua portuguesa?

- (A) Apenas 1 e 2.  
 (B) Apenas 1 e 4.  
 (C) Apenas 2 e 4.  
 (D) Apenas 1, 2 e 3.  
 (E) 1, 2, 3 e 4.

**Instrução:** As questões 13 a 18 referem-se ao texto abaixo.

01. Recentemente, durante uma conversa com um  
02. amigo, ele me contou que desejava voltar a correr. E  
03. o que mais me chamou a atenção foi o relato de suas  
04. experiências com a corrida: sempre que retornava aos  
05. treinos, alguma lesão surgia. Então eu perguntei: "Você  
06. respeitava a regra dos 5%?" E ele me respondeu com  
07. outra pergunta: "Que regra é essa?"

08. Não sou o Arnaldo Cezar Coelho, mas não resisti:  
09. "A regra é clara! Precisamos aumentar a duração ou a  
10. intensidade (nunca as duas variáveis ao mesmo tempo)  
11. dos treinos em no máximo 5% por semana."

12. Exemplifiquei: um corredor que faz três sessões de  
13. 30min semanais poderá na semana seguinte fazer, no  
14. máximo, três treinos de 31min30seg. Ele ficou pasmo  
15. e se deu conta do exagero que havia cometido em  
16. cada vez que retornava \_\_\_\_\_ prática da corrida.

17. A grande maioria nem percebe, mas \_\_\_\_\_ fortes  
18. evidências de que boa parte das lesões acontecem  
19. justamente \_\_\_\_\_ desrespeitamos esta regra. Afinal,  
20. se um dia corremos 30 minutos, \_\_\_\_\_ não fazer uma  
21. sessão de 45 minutos? O que são "só quinze minutos"  
22. a mais? Do ponto de vista matemático, fica bem mais  
23. fácil entender: isso corresponde a um aumento de  
24. 50% na carga de treinamento!

25. Infelizmente, a grande maioria das lesões que  
26. ocorrem nos corredores é descrita pelos especialistas  
27. como de *overuse*, isto é, geradas pelo excesso de uso.  
28. Em outras palavras, são ocasionadas pelo acúmulo de  
29. treinos que excedem a nossa capacidade de adaptação.  
30. Ao longo do tempo, o corpo simplesmente não agüenta,  
31. e o resultado é a dor, geralmente acompanhada de  
32. uma lesão.

33. Os praticantes de outras modalidades esportivas  
34. também cometem exageros, principalmente os "atletas  
35. de final de semana", que tentam compensar a  
36. semana inteira sem atividade. Vejo nos clubes, por  
37. exemplo, pessoas que passam o dia na quadra de  
38. tênis. Escuto muita gente culpando a raquete, a  
39. chuteira, mas o verdadeiro culpado é o aumento  
40. exagerado da carga física.

41. Em resumo, se o objetivo for manter-se saudável e  
42. exercitando-se sempre, então, a regra é clara!

**Adaptado de:** DUTRA, Renato. A regra é clara. *Veja On-line Blogs*. Treinamento. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/saude-chegada/>>. 1º/12/2010, 21h28min.

**13.** Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 16, 17, 19 e 20.

- (A) a – há – porque – por que  
(B) à – existe – por que – porque  
(C) à – há – porque – por que  
(D) a – existem – porque – por que  
(E) à – existem – por que – porque

**14.** O texto trata essencialmente

- (A) das experiências de corredores exagerados.  
(B) da importância da prática regrada de atividades físicas, em especial da corrida.  
(C) da ineficácia dos "exercícios de final de semana".  
(D) das regras que regem todas as coisas: da corrida ao futebol.  
(E) das lesões e da dor resultante da prática desregrada de exercícios, especialmente da corrida.

**15.** Considere as seguintes afirmações.

- I - A "regra dos 5%" está relacionada à capacidade de adaptação dos indivíduos praticantes de atividades físicas.  
II - Uma opção para evitar lesões, em vez de se adotar a regra dos 5%, é aumentar apenas a velocidade da corrida, mantendo-se a duração da semana anterior.  
III- Treinar somente nos finais de semana não traz benefícios à saúde; ao contrário, pode ocasionar lesões.

Quais correspondem a idéias veiculadas pelo texto?

- (A) Apenas I.  
(B) Apenas II.  
(C) Apenas III.  
(D) Apenas I e II.  
(E) Apenas II e III.

**16.** Considere as seguintes propostas de reescrita do trecho **Então eu perguntei: "Você respeitava a regra dos 5%?" E ele me respondeu com outra pergunta: "Que regra é essa?"** (l. 05-07).

- I - **Então eu perguntei se ele respeitava a regra dos 5%. Ele me respondeu com outra pergunta. Indagou-me acerca de que regra seria essa.**  
II - **Então eu lhe perguntei se ele respeitava a regra dos 5%, e ele respondeu com outra pergunta: "De que regra se trata?"**  
III- **Então eu lhe perguntei se ele respeitava a regra dos 5%, e ele retrucou questionando essa regra.**

Quais propostas conservam o sentido original e estão corretas do ponto de vista da norma gramatical?

- (A) Apenas I.  
(B) Apenas II.  
(C) Apenas III.  
(D) Apenas I e II.  
(E) I, II e III.

**17.** Considere as seguintes propostas de reformulação da pontuação do texto.

- I - Substituir os dois pontos que seguem o vocábulo **Exemplifiquei** (l. 12) por uma vírgula.
- II - Suprimir a vírgula que segue **Infelizmente** (l. 25).
- III - Suprimir a vírgula que segue **"atletas de final de semana"** (l. 34-35).
- IV - Substituir a vírgula que segue o vocábulo **sempre** (l. 42) por ponto-e-vírgula.

Quais propostas conservam o sentido original e estão corretas do ponto de vista da norma gramatical?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas IV.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e IV.

**18.** Se substituirmos a expressão **a grande maioria das lesões** (l. 25) por **a modalidade de lesão**, quantos outros vocábulos do parágrafo, que se estende até a linha 32, deverão sofrer ajuste de flexão?

- (A) Dois.
- (B) Três.
- (C) Quatro.
- (D) Cinco.
- (E) Seis.

**Instrução:** As questões **19** a **24** referem-se ao texto abaixo.

01. A Casa Branca anunciou há poucos dias que o  
02. campo \_\_\_\_\_ da biologia sintética ou da manipulação  
03. de DNA de organismos para criar novas formas de  
04. vida traz riscos calculáveis e que seu avanço deve ser  
05. permitido.  
06. Um painel de especialistas reunido pelo presidente  
07. americano, Barack Obama, recomendou vigilância e  
08. auto-regulação enquanto os cientistas procuram formas  
09. de criar novos organismos que possam resultar em  
10. inovações úteis em energia limpa, controle da poluição e  
11. medicina.  
12. A Comissão Presidencial para o Estudo de Ques-  
13. tões Bioéticas concluiu: "A biologia sintética é capaz  
14. de feitos significativos, mas limitados, com riscos  
15. \_\_\_\_\_." "Os desenvolvimentos futuros podem despertar  
16. novas objeções, mas a comissão não encontrou  
17. razões para \_\_\_\_\_ regulações federais adicionais ou  
18. uma moratória no trabalho neste campo por enquanto",  
19. acrescentou o relatório.  
20. O painel com 13 cientistas, especialistas em ética e  
21. em políticas públicas, foi criado por Obama no ano  
22. passado. Sua primeira missão foi considerar a questão  
23. da biologia sintética, depois que o Instituto J. Craig  
24. Venter anunciou, em maio, ter desenvolvido a primeira  
25. bactéria auto-replicável controlada por um genoma  
26. sintético.  
27. Para os críticos, a descoberta era o equivalente a  
28. "brincar de Deus", criando organismos sem o enten-  
29. dimento adequado sobre as conseqüências, pertur-  
30. bando a ordem natural.  
31. Ao anunciar a criação da "primeira célula sintética",  
32. o chefe das pesquisas, Craig Venter, disse na época:  
33. "Certamente mudou minha visão sobre as definições  
34. da vida e de como ela funciona." Mas a Comissão  
35. informou que a equipe de Venter não criou vida  
36. realmente, já que o trabalho envolveu, sobretudo, a  
37. alteração de uma forma de vida já existente.

**Adaptado de: Casa Branca dá sinal verde à pesquisa de vida artificial. Folha.com. Ciência. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/846793-casa-branca-da-sinal-verde-a-pesquisa-de-vida-artificial.shtml>>. 16/12/2010, 16h02min.**

**19.** Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 02, 15 e 17, considerando as idéias veiculadas pelo texto.

- (A) incontroverso – ilimitados – endossar
- (B) controverso – limitados – endossar
- (C) incontroverso – limitados – vetar
- (D) controverso – ilimitados – vetar
- (E) controverso – ilimitados – endossar

**20.** Considere as seguintes afirmações.

- I - A Comissão Presidencial, em seu relatório, não identificou a necessidade de se adiarem as pesquisas no campo da biologia sintética.
- II - A Comissão Presidencial para o Estudo de Questões Bioéticas mostrou-se favorável à idéia de criação de vidas.
- III- As críticas à descoberta do Instituto J. Craig Venter foram necessariamente de natureza religiosa.

Quais correspondem a idéias veiculadas pelo texto?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) Apenas II e III.

**21.** Considere a classificação das orações a seguir no que concerne à relação que estabelecem com suas orações principais ou coordenadas.

- I - **mas a comissão não encontrou razões...** (l. 16-17) – relação de adversatividade
- II - **Ao anunciar a criação da "primeira célula sintética"** (l. 31) – relação de proporcionalidade
- III- **já que o trabalho envolveu...** (l. 36) – relação de consecução

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) Apenas II e III.

**22.** Assinale as afirmações abaixo com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) no que se refere à pontuação do texto.

- ( ) Os dois pontos empregados depois da palavra **concluiu** (l. 13) servem para introduzir discurso direto.
- ( ) As aspas empregadas na expressão **"brincar de Deus"** (l. 28) têm a mesma função das empregadas na frase que se inicia com o segmento **Os desenvolvimentos** (l. 15) e termina com **por enquanto** (l. 18).
- ( ) A frase iniciada pela palavra **Mas** (l. 34) poderia ser unida à frase anterior, substituindo-se o ponto que a antecede por uma vírgula, com o devido ajuste de aspas e de letras maiúsculas e minúsculas.

A seqüência que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F.  
 (B) F – F – F.  
 (C) V – F – V.  
 (D) F – V – V.  
 (E) V – F – F.

**23.** Assinale a alternativa em que a palavra **que** introduz uma oração com sentido restritivo no texto.

- (A) **que seu avanço...** (l. 04)
- (B) **que possam resultar...** (l. 09)
- (C) **que o Instituto J. Craig Venter anunciou...** (l. 23-24)
- (D) **que a equipe de Venter não criou...** (l. 35)
- (E) **que o trabalho envolveu...** (l. 36)

**24.** A seguir são apresentadas alternativas de substituição de segmentos do texto. Assinale a que, se aplicada ao texto, caracterizaria **ERRO** na perspectiva da norma gramatical.

- (A) **há** (l. 01) / faz
- (B) **mas** (l. 14) / porém
- (C) **ter desenvolvido** (l. 24) / que desenvolveu
- (D) **era o equivalente a** (l. 27) / equivaleria a
- (E) **sobre as** (l. 33) / no que tange as

**25.** Um cidadão, ao receber um mandado de citação, ameaça com uma faca o oficial de justiça. Acompanhado de outro agente público e agindo em legítima defesa, o oficial de justiça usa de força para conter o cidadão. Assinale a afirmativa adequada para aferição da atuação do oficial de justiça.

- (A) A legítima defesa exclui a culpa do oficial de justiça, impondo, ainda, as medidas criminais cabíveis contra o agressor, ainda que este tenha sido desproporcionalmente machucado, pois o oficial é agente investido de *munus* público.
- (B) A alternativa de violência por parte do cidadão não autoriza reação do oficial de justiça, que não deveria ter agido de forma a igualar-se à conduta daquele agente.
- (C) A deterioração da coisa alheia, baseada nos bons costumes forenses, nada mais é do que um poder contra o indivíduo, pois o oficial de justiça estava munido de um mandado de citação e poderia danificar o patrimônio particular por ser agente público.
- (D) Como não havia perigo iminente, a ação do oficial de justiça, especialmente por buscar apoio de outro agente público, configura a sua responsabilidade e a própria responsabilidade do Estado, nos termos do art. 43 do Código Civil.
- (E) Atuando com moderação, o oficial de justiça e o agente público que o apoiou apenas atuaram em legítima defesa e no exercício de um direito reconhecido, pois a atuação deve basear-se na necessidade e adequação.

**26.** Sobre a incapacidade, analise as assertivas abaixo.

- I - São absolutamente incapazes os maiores de dezesseis anos que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- II - São relativamente incapazes os excepcionais maiores de dezesseis anos sem o desenvolvimento mental completo que sejam incapazes de discernimento para a prática de certos atos.
- III- São absolutamente incapazes os excepcionais maiores de dezesseis anos sem o desenvolvimento mental completo e os ébrios habituais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**27.** Assinale a afirmativa correta quanto à existência legal das pessoas jurídicas de direito privado.

- (A) A sua existência legal começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- (B) A sua existência legal começa com a autorização de atividade pelo órgão público competente e com o registro do ato constitutivo, sempre que não houver vedação constitucional ao exercício da atividade econômica ou imposição de preço.
- (C) A sua existência legal, uma vez afirmada, pode ser questionada a qualquer tempo, desde que demonstrado um defeito nos atos constitutivos, ou sempre que um dos sócios solicitar a anotação de fato que julgar relevante.
- (D) O prazo para anular a constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito verificado no ato respectivo, contado do ato de publicação de sua inscrição no registro, é decadencial, de 5 (cinco) anos.
- (E) De acordo com a lei brasileira, uma vez constituída a pessoa jurídica de direito privado, por fato relevante e no exercício do poder da Administração, o ato poderá ser anulado por iniciativa de um notário pelo prazo prescricional de 3 (três) anos.

**28.** É **INCORRETO** afirmar que os filhos menores são postos em tutela

- (A) com o julgamento que declara a ausência dos pais.
- (B) quando os pais decaírem do poder familiar.
- (C) quando a nomeação de tutor constar em qualquer expressão manifesta de vontade, oral ou escrita.
- (D) com o falecimento dos pais.
- (E) quando os pais, em conjunto, exercem o direito de nomear tutor, na forma da lei.

**29.** Na forma do Código Civil, é **INCORRETO** afirmar que podem escusar-se da tutela

- (A) as mulheres casadas.
- (B) os maiores de setenta anos.
- (C) os impossibilitados por enfermidade.
- (D) aqueles que habitarem longe do lugar onde se haja de exercer a tutela.
- (E) aqueles que já exercerem tutela ou curatela.

**30.** É correto afirmar que compete ao tutor

- (A) representar o menor nos atos da vida civil até os dezoito anos, assistindo-o, após essa idade, nos atos em que for parte.
- (B) receber as rendas e pensões do menor, bem como as quantias a ele devidas.
- (C) fazer-lhe as despesas mínimas de subsistência e administrar a educação até o final da faculdade.
- (D) escusar-se de alienar qualquer bem do menor, sendo as despesas remuneradas quando do final da tutela.
- (E) transigir, assistir o menor e promover todas as diligências necessárias para o bem deste, sendo apenas vedada ao tutor a proposição de ações.

**31.** Assinale a alternativa que apresenta procedimento que **NÃO** constitui incumbência do oficial de justiça prevista no artigo 143 do Código de Processo Civil.

- (A) Estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- (B) Executar as ordens do juiz a que estiver subordinado.
- (C) Efetuar avaliações.
- (D) Entregar, em cartório, o mandado logo depois de cumprido.
- (E) Redigir ofícios, mandados e cartas precatórias.

**32.** Assinale a afirmativa correta quanto à disciplina dos atos processuais prevista no Código de Processo Civil.

- (A) Os atos processuais, em regra, realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- (B) É vedada a produção antecipada de prova nos feriados.
- (C) O prazo para a resposta do réu não se prorroga em razão de feriado.
- (D) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei.
- (E) A citação e a penhora poderão, mediante justificativa do Oficial de Justiça, realizar-se em domingos e feriados.

**33.** A respeito da citação por hora certa, assinale a alternativa que se encontra de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) Pressupõe ter o oficial de justiça procurado o citando por 5 (cinco) vezes em dias e horários distintos, não o encontrando.
- (B) Havendo prova da ocultação, deverá o oficial de justiça intimar qualquer pessoa da família ou qualquer vizinho.
- (C) O oficial de justiça poderá indicar à pessoa intimada o dia e o horário em que retornará a fim de citar o demandado.
- (D) Se o oficial retorna fora do dia e hora por ele designados, o seu retorno não é eficaz, restando inválida a citação.
- (E) No dia e hora designados, o oficial de justiça somente poderá comparecer ao domicílio ou à residência do citando munido de novo despacho, a fim de realizar a diligência.

**34.** Assinale a alternativa correta quanto à execução de obrigação por quantia certa, conforme previsto no artigo 475-I a 475-R do Código de Processo Civil.

- (A) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não efetue o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 15 (quinze) por cento.
- (B) Não sendo requerida a execução no prazo de 6 (seis) meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.
- (C) Pode o juiz atribuir efeito suspensivo à impugnação, desde que sejam relevantes seus fundamentos e que o prosseguimento da execução seja supostamente suscetível de causar ao executado dano de difícil ou incerta reparação.
- (D) É título executivo judicial a sentença estrangeira homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, é vedada a fixação do seu valor com base no salário mínimo.

**35.** Assinale a afirmativa **INCORRETA** quanto à execução de obrigação por quantia certa, conforme previsto no artigo 475-I a 475-R do Código de Processo Civil.

- (A) O executado será intimado do auto de penhora e de avaliação na pessoa de seu advogado ou, na falta deste, do seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado, podendo oferecer embargos, no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) Caso o oficial de justiça não possa proceder à avaliação por depender de conhecimentos especializados, o juiz, de imediato, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.
- (C) Considera-se inexigível o título judicial fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal.
- (D) Na execução provisória, a prática de atos que importem alienação de propriedade depende de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.
- (E) Quando a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos, o juiz, quanto a esta parte, poderá ordenar ao devedor constituição de capital, cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão.

**36.** Conforme o artigo 3º da Lei 9.099/95, o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas abaixo, **EXCETO** de uma delas. Assinale-a.

- (A) ações de despejo para uso próprio
- (B) ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o salário mínimo
- (C) causas relativas a acidentes de trabalho
- (D) causas cíveis de menor complexidade cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo
- (E) causas de arrendamento rural e de parceria agrícola, qualquer que seja o valor

**37.** Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da citação no Juizado Especial Cível, tendo em vista o disposto no artigo 18 da Lei 9.099/95.

- (A) Será feita por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.
- (B) Tratando-se de pessoa jurídica, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, obrigatoriamente identificado.
- (C) Quando necessário, será feita por oficial de justiça, obrigatoriamente por mandado ou carta precatória.
- (D) Não se admite citação por edital.
- (E) O comparecimento espontâneo supre a falta ou nulidade da citação.

**38.** Assinale a alternativa correta acerca da ação de despejo (Lei 8.245/91).

- (A) Nas ações de despejo, em regra, os processos não tramitam durante as férias forenses e se suspendem pela superveniência delas.
- (B) O valor da causa na ação de despejo corresponde a doze meses de aluguel, ou, na hipótese do inciso II do art. 47, a três salários vigentes por ocasião do ajuizamento.
- (C) É competente para conhecer e julgar a ação de despejo o foro do lugar da situação do imóvel, sendo nula a cláusula de foro de eleição.
- (D) Os recursos interpostos contra as sentenças em ação de despejo, em regra, serão recebidos no duplo efeito.
- (E) Nas ações de despejo, é vedada a citação por correspondência.

**39.** Assinale a alternativa correta quanto à reparação do dano no delito de peculato.

- (A) Se for precedente ao recebimento da denúncia, extingue a punibilidade do delito, em qualquer das suas modalidades.
- (B) Se for precedente à sentença condenatória irrecorrível, extingue a punibilidade do peculato culposo e reduz a pena do peculato doloso.
- (C) No peculato culposo, se precedente à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se posterior, reduz pela metade a pena imposta.
- (D) Não produz qualquer efeito na punibilidade do delito de peculato.
- (E) Produz, sempre, redução de pena, independentemente da modalidade do delito e da fase do processo em que for efetivada.

**40.** No que se refere aos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral, assinale as afirmativas abaixo com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- ( ) O peculato culposo é uma infração de menor potencial ofensivo, da competência do Juizado Especial Criminal.
- ( ) O funcionário que extraviar livro oficial do qual tem a guarda em razão do cargo cometerá o delito previsto no art. 314 do Código Penal, se o fato não constituir crime mais grave.
- ( ) O crime de violação de sigilo funcional está previsto no art. 325 do Código Penal tanto na modalidade dolosa, como na culposa.
- ( ) Tanto o peculato como a concussão são classificados doutrinariamente como delitos materiais.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – V – V.
- (E) F – F – F – F.

**41.** Considere as assertivas abaixo acerca dos delitos de concussão (art. 316 do CP) e de corrupção passiva (art. 317 do CP).

- I - O Código Penal prevê a modalidade privilegiada tanto para o crime de corrupção passiva como para o crime de concussão.
- II - O crime de concussão é formal, consumando-se com a mera exigência da vantagem indevida.
- III- Se o funcionário público retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo à influência de outrem, pratica o delito de corrupção passiva privilegiada.
- IV - O excesso de exação constitui uma modalidade especial de concussão, configurando-se quando o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe, ou deveria saber, serem indevidos, ou, quando devidos, emprega, na cobrança, meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

**42.** Assinale a assertiva correta quanto à prevaricação.

- (A) O funcionário que deixar de praticar ato de ofício, ainda que antes de assumir a função pública, para satisfazer interesse pessoal, comete o delito de prevaricação.
- (B) A prevaricação culposa, em face da pena abstratamente cominada no tipo penal, é considerada infração de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei 9.099/95.
- (C) O crime de prevaricação apenas se consuma com a prática de condutas omissivas, não existindo na modalidade comissiva.
- (D) Em razão da pena abstratamente cominada, o delito de prevaricação é considerado de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei 9.099/95.
- (E) Se a prevaricação for culposa, a pena será reduzida de 1/3 (um terço) até a metade.

**43.** O artigo 327, § 2º, do Código Penal prevê como causa de aumento de pena o fato de o autor do crime ser ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da Administração direta, de sociedade de economia mista, de empresa pública ou de fundação instituída pelo poder público. Tal causa de aumento aplica-se

- (A) apenas ao crime de peculato e de prevaricação.
- (B) apenas aos crimes de peculato, de corrupção passiva, de concussão e de prevaricação.
- (C) a todos os crimes contra a Administração Pública, praticados tanto por particulares como por funcionários públicos.
- (D) a todos os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.
- (E) apenas aos crimes de condescendência criminosa, abandono de função e violência arbitrária.

**44.** Um funcionário público de um posto de fiscalização em Santana do Livramento (faixa de fronteira) abandonou o cargo de forma ilícita. Tal fato, todavia, não chegou a resultar prejuízo público. Considerando esse contexto, assinale a assertiva correta.

- (A) Tal fato não caracteriza o crime de abandono de função, pois, para caracterizá-lo, é indispensável a prova do efetivo prejuízo público à Administração.
- (B) O funcionário poderá ser responsabilizado pelo crime de abandono de função simples (art. 323, *caput* do CP), na medida em que não incide qualquer qualificadora no fato descrito.
- (C) O funcionário cometeu, em tese, o delito de abandono de função qualificado (art. 323, § 2º, do CP), já que o delito ocorreu em lugar compreendido na faixa de fronteira.
- (D) O funcionário cometeu, em tese, o crime de abandono de função privilegiado em razão da inexistência de prejuízo público efetivo.
- (E) O funcionário cometeu, em tese, o crime de prevaricação por ter deixado de praticar ato de ofício.

**45.** Considere as assertivas abaixo em relação à citação no Código de Processo Penal.

- I - O oficial de justiça, verificando que o réu está se ocultando para não ser citado, certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma do estabelecido no Código de Processo Civil.
- II - Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- III- Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, será citado por edital, com prazo de 05 (cinco) dias.
- IV - Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**46.** No que se refere à citação por mandado, considere os procedimentos abaixo.

- I - leitura do mandado ao citando pelo oficial de justiça
- II - entrega da contrafé ao citando, com indicação de dia e hora da citação
- III- declaração do oficial, na certidão, da entrega da contrafé
- IV - declaração do oficial, na certidão, da aceitação ou da recusa da contrafé

Quais são requisitos desse tipo de citação?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**47.** Em relação à citação por carta precatória, considere as afirmativas abaixo.

- I - A precatória indicará o juiz deprecado e o juiz deprecante, a sede da jurisdição de um e de outro, o fim para que é feita a citação, com todas as especificações, o juízo do lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer.
- II - O juiz deprecado, verificando que o réu se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz, deverá imediatamente devolver a precatória ao juiz deprecante, independentemente da existência de tempo para fazer a citação.
- III- Havendo o oficial de justiça certificado que o réu se oculta para não ser citado, a precatória será imediatamente devolvida, a fim de que seja providenciada sua citação por hora certa.
- IV - O juiz deprecado, verificando que o réu se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz, a este remeterá os autos para efetivação da diligência, desde que haja tempo para fazer-se a citação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

**48.** Considere as afirmativas abaixo sobre a sessão de julgamento do Tribunal do Júri.

- I - O oficial de justiça fará o pregão, sendo dispensada a certificação da diligência nos autos.
- II - A incomunicabilidade dos jurados deverá ser certificada nos autos pelo oficial de justiça.
- III- Objetivando assegurar o sigilo dos votos, o oficial de justiça recolherá, em urnas separadas, as cédulas correspondentes aos votos e as não utilizadas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

**49.** No que se refere às atribuições do oficial de justiça, de acordo com o Código de Processo Penal, considere os procedimentos abaixo.

- I - Advertir os jurados acerca da cláusula de incomunicabilidade, vigente a partir da realização do sorteio do nome do jurado para integrar o Conselho de Sentença.
- II - Certificar, nos autos, a incomunicabilidade dos jurados.
- III- Verificar se a urna contém as cédulas dos 25 (vinte e cinco) jurados sorteados, procedendo à chamada dos mesmos.
- IV - Fazer o pregão dos jurados, certificando a diligência nos autos.

Quais são de atribuição do oficial de justiça durante a sessão de julgamento do Tribunal do Júri?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

**50.** Assinale a alternativa correta no que se refere à Lei Maria da Penha.

- (A) Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, o juiz poderá determinar, liminarmente, a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade comum, salvo expressa autorização judicial.
- (B) O juiz assegurará a todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar a manutenção do vínculo trabalhista até o término do processo criminal ou ingresso da ofendida em programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.
- (C) A competência para o processo e o julgamento dos crimes decorrentes de violência doméstica e familiar é determinada pelo domicílio ou residência da ofendida.
- (D) Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas cíveis acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (E) Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, intentar ação penal privada, nos casos de violência doméstica e familiar praticada contra a mulher pobre.

**51.** Assinale a alternativa correta no que se refere às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

- (A) Sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, o juiz poderá aplicar outras medidas previstas na legislação em vigor, providências essas que devem, necessariamente, ser comunicadas ao Ministério Público.
- (B) A medida protetiva de urgência, que consiste na proibição de que o agressor se aproxime da ofendida, dispensa fixação de limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor.
- (C) Antes da concessão de qualquer medida protetiva de urgência, deverá o juiz, necessariamente, ouvir as partes e o Ministério Público.
- (D) As medidas protetivas de urgência, em decorrência do Princípio da Legalidade, estão taxativamente previstas na Lei Maria da Penha, sem prejuízo da possibilidade de prisão preventiva do agressor, nos termos do Código de Processo Penal.
- (E) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá cancelar as visitas do agressor aos dependentes menores, independentemente do parecer da equipe de atendimento multidisciplinar ou de serviço similar.

**52.** Com base na Lei Maria da Penha, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Para efeitos da lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão por razão de gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial.
- (B) A lei assegura à mulher vítima de violência sexual praticada no âmbito doméstico e familiar os serviços de contracepção de emergência.
- (C) A mulher homossexual que sofra qualquer tipo de violência por parte de sua parceira, no âmbito da família, encontra-se sob a proteção da Lei Maria da Penha.
- (D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cestas básicas ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de pena de multa.
- (E) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, o juiz poderá decretar a prisão preventiva do agressor, a qual apenas poderá ser revogada na instância superior.

**53.** Considere as afirmações a seguir acerca das citações, intimações e notificações.

- I - O oficial de justiça poderá citar o acusado de um crime de peculato (art. 312, *caput*, CP) por meio eletrônico ou através de seu procurador.
- II - Qualquer dia e hora são admissíveis no processo penal para a citação do acusado, ressalvada a inviolabilidade do domicílio, constitucionalmente assegurada (art. 5º, XI, CF).
- III - Na intimação do defensor constituído do acusado, caso não haja órgão de publicação dos atos judiciais na comarca, a intimação deverá ser procedida exclusivamente pelo escrivão.
- IV - De acordo com a Lei Maria da Penha (art. 21, *caput*, da Lei 11.340/2006), a notificação da ofendida dos atos relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, será sempre através de oficial de justiça.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

**54.** Quanto à competência do Juizado Especial Criminal, nos termos da Lei 9.099/95, qual das afirmações abaixo está correta?

- (A) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações de menor potencial ofensivo, independentemente das regras de conexão e continência.
- (B) Havendo conexão ou continência entre infração penal de menor potencial ofensivo e delito de competência do Tribunal do Júri, o acusado não terá direito a composição civil dos danos ou a transação penal.
- (C) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, de competência do Juizado Especial Criminal, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- (D) Havendo conexão ou continência entre uma infração penal de menor potencial ofensivo e um delito de competência do Tribunal do Júri, deverão ser observados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- (E) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, de competência do Juizado Especial Criminal, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, desde que não cumulada com multa.

**55.** Assinale a afirmativa **INCORRETA** à luz da Lei 9.099/95, que trata do Juizado Especial Criminal.

- (A) A citação do acusado será pessoal e, sempre que possível, deverá ser feita no próprio Juizado, ou por mandado.
- (B) A intimação pode ser feita por e-mail ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação.
- (C) A intimação realizada por oficial de justiça prescinde de mandado ou carta precatória.
- (D) A intimação pode ser feita por correspondência, com aviso de recebimento pessoal.
- (E) A intimação de pessoa jurídica se faz, obrigatoriamente, mediante entrega do mandado ao responsável legal.

**56.** Considere as seguintes afirmações acerca da Lei 9.099/95, que trata do Juizado Especial Criminal.

- I - A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração ou pelo domicílio do autor do fato.
- II - O Juizado Especial Criminal será provido por juiz togado, e todos os atos estarão sob seu controle e responsabilidade. Poderá, também, sem caráter de obrigatoriedade, ser composto por juiz togado e juiz leigo.
- III- No Juizado Especial Criminal, a citação, por ser o ato processual que confere efetividade ao contraditório, é privativa do oficial de justiça, sob pena de nulidade do ato.
- IV- Tanto na intimação do autor do fato, quanto no ato citatório, deverá constar a advertência da necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, na medida em que o envolvido poderá compor civilmente e transacionar, ocasião em que a presença de defensor é indispensável.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

**57.** Assinale a afirmativa correta com base no art. 185 do Código Civil.

- (A) Os atos jurídicos lícitos sempre serão negócios jurídicos, ainda que, por força de exercício abusivo, apliquem-se-lhes as regras dos atos ilícitos.
- (B) Os negócios jurídicos ilícitos serão tratados como abuso de direito, aplicando-se, em todos os casos, as regras dos vícios dos negócios jurídicos.
- (C) Os atos jurídicos ilícitos, quando forem negócios jurídicos, serão convalidáveis.
- (D) Não são negócios jurídicos os atos ilícitos, somente os negócios ilícitos e os atos-fatos.
- (E) Os atos jurídicos lícitos, ainda que não sejam negócios jurídicos, terão aplicadas as regras destes últimos, quando cabíveis.

**58.** O artigo 43 do Código Civil, ao tratar das pessoas jurídicas de direito público interno, afirma que elas "são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo". Assinale a alternativa correta à luz do trecho citado e demais passagens do Código Civil.

- (A) Trata-se da teoria do risco administrativo, em que as pessoas jurídicas de direito público interno são responsáveis por atos dos seus agentes, ainda que em suas vidas particulares.
- (B) Só haverá responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público interno quando os seus agentes, nessa qualidade, tenham causado danos a terceiros e possam ser responsabilizados por culpa e dolo em caráter regressivo.
- (C) Não haverá responsabilidade civil se a conduta desviante ou abusiva do agente das pessoas jurídicas de direito público, motivada por culpa, não tiver causado dano.
- (D) As associações são equiparadas às pessoas jurídicas de direito público interno, respondendo pelos danos que os seus agentes, nessa qualidade, tenham causado a terceiros, como decorrência do risco integral.
- (E) As pessoas jurídicas de direito público externo, como os Estados estrangeiros, respondem por danos causados por seus agentes, mesmo em razão de atos de guerra.

**59.** Considere as seguintes afirmações sobre a citação.

- I - A citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu, mesmo quando for efetivada na unidade de serviço do militar com residência conhecida.
- II - Para evitar o perecimento do direito, poderá ser efetivada a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
- III- Verificando que o réu não tem discernimento e é totalmente incapaz, estando impossibilitado de receber a citação, o oficial passará certidão descrevendo minuciosamente a ocorrência.
- IV - Após três tentativas infrutíferas de encontrar o réu em seu domicílio ou residência, havendo suspeita de ocultação, o oficial de justiça poderá determinar a citação por Edital.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

**60.** Assinale a afirmativa correta quanto à distribuição ao oficial de justiça.

- (A) Todos os processos estão sujeitos à distribuição por antiguidade no serviço forense entre os juízes e entre os servidores, adotando-se igual critério para registro de todos os feitos ingressados no Foro.
- (B) A distribuição será obrigatória, alternada e rigorosamente igual entre pretores, advogados, defensores públicos, advogados do Estado e oficiais de justiça, nos termos do art. 39 do COJE.
- (C) A distribuição por dependência deverá ser registrada na etiqueta fornecida pelo computador ou registrada na capa do processo, que terá tramitação preferencial, sujeitando-se à Meta II do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Não será objeto de compensação a redistribuição ocorrida dentro da mesma Vara, porém, ao final de cada mês, será efetivada a equalização da distribuição no âmbito da Vara, atribuindo o Escrivão, ao Juiz que tenha recebido menor número de processos, aqueles necessários para preservar a igualdade.
- (E) Em casos de urgência, a distribuição poderá ser feita a qualquer hora, independentemente de expedição de guias, operando-se oportunamente a compensação.

**61.** Assinale a afirmativa correta com relação ao expediente forense.

- (A) O expediente forense, em todas as Comarcas do Estado, salvo quanto aos Juizados Especiais, que obedecerão também a horário noturno, será das 8h às 18h, com relação ao foro judicial, aos serviços notariais e de registros.
- (B) O Juiz pode determinar a prorrogação do expediente de qualquer Cartório ou Ofício, quando a necessidade do serviço assim o exigir, mediante prévia autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.
- (C) Excepcionalmente, por motivo de ordem pessoal, o Juiz poderá determinar o fechamento extraordinário do Foro, justificando a necessidade perante a Direção do Foro.
- (D) Não haverá expediente forense aos sábados, domingos e feriados, exceto para a prática de atos indispensáveis à ressalva de direitos, dependentes de autorização judicial.
- (E) Em período eleitoral, o expediente será aos sábados, domingos e feriados, sendo compensados, na forma da Consolidação das Leis Judiciais, os períodos trabalhados.

**62.** Assinale a afirmativa **INCORRETA** com relação às despesas de condução dos oficiais de justiça.

- (A) É vedado ao oficial de justiça a cobrança das despesas de condução diretamente das partes ou de seus procuradores.
- (B) Quando as circunstâncias não permitirem a imediata antecipação, o recolhimento deverá ser realizado na primeira oportunidade processual, salvo disposição judicial expressa no sentido de seu pagamento ao final, devendo o Escrivão do feito zelar pelo cumprimento desta determinação.
- (C) Quando a parte requerer o cumprimento de diversos atos judiciais numa mesma localidade, o depósito deve equivaler ao valor de tantos atos quantos forem previstos.
- (D) Não são devidas despesas de condução para cumprimento de mandados, ainda que adotado o sistema de Central de Mandados, num raio de 1 km (um quilômetro) da sede do juízo.
- (E) Compete às partes fornecerem os meios necessários para cumprimento de arrestos, despejos e outras medidas previstas em lei, vedada a contratação ou intermediação de transporte pelos oficiais de justiça.

**63.** Assinale a afirmativa correta com relação ao processo de execução no Código de Processo Civil.

- (A) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da dívida.
- (B) O oficial de justiça, não encontrando o devedor, penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- (C) Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, é dispensada a nomeação de depositário.
- (D) Na execução de crédito com garantia hipotecária, a penhora recairá, obrigatoriamente, sobre a coisa dada em garantia.
- (E) A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.

**64.** A respeito da penhora e do depósito no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o devedor fechar as portas da casa a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça requisitará o arrombamento à autoridade policial.
- (B) O prazo para o executado requerer a substituição do bem penhorado é de 5 (cinco) dias após intimado da penhora.
- (C) Para o deferimento ao executado da substituição do bem penhorado, dispensa-se prova da ausência de prejuízo ao exequente.
- (D) Quando uma das partes requerer a alienação antecipada dos bens penhorados, o juiz ouvirá sempre a outra antes de decidir.
- (E) Efetuar-se-á a penhora onde quer que se encontrem os bens, salvo se sob a posse, detenção ou guarda de terceiros.

**65.** Assinale a alternativa correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

- (A) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) O Conselho Tutelar é composto de sete membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- (D) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas prioritárias como forma de transição para reintegração familiar.
- (E) Nenhuma criança ou adolescente será privado de sua liberdade, senão quando em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita de autoridade judiciária.

**66.** Entre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, **NÃO** consta, expressamente,

- (A) o acesso à informação.
- (B) a busca do pleno emprego.
- (C) o direito de resposta.
- (D) a função social da propriedade.
- (E) a defesa do consumidor.

**67.** Assinale a afirmativa correta com relação aos remédios constitucionais, com base no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.

- (A) A ação popular que visa anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural pode ser legitimamente proposta por qualquer pessoa, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas processuais e do ônus da sucumbência.
- (B) O mandado de segurança visa proteger qualquer direito líquido e certo, desde que o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder seja autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) O *habeas data* visa assegurar o conhecimento amplo e irrestrito de informações constantes em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, sem permitir a retificação de dados.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O mandado de injunção tem por fim suprir as omissões constitucionais somente quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**68.** Assinale a afirmativa correta com base nas normas sobre o Poder Judiciário previstas na Constituição da República Federativa do Brasil.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar, originariamente, os juízes estaduais nos crimes comuns e nos de responsabilidade.
- (B) O Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais e Juízes dos Estados são órgãos do Poder Judiciário.
- (C) O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, bem como todos os Tribunais Eleitorais e Militares, têm sede na Capital Federal.
- (D) O Estatuto da Magistratura poderá ser disposto em lei complementar de iniciativa dos Tribunais Superiores ou do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Os Tribunais têm competência privativa para organizar suas secretarias e serviços auxiliares, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

**69.** Considere as afirmações abaixo sobre o Poder Judiciário, tendo em vista a Constituição da República Federativa do Brasil.

- I - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade e o *habeas data* contra ato de Ministro de Estado e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- II - O Presidente da República, a Mesa do Congresso Nacional, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Advogado-Geral da União e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil podem propor Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- III- Entre os membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça, deve haver dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.  
 (B) Apenas II.  
 (C) Apenas III.  
 (D) Apenas I e II.  
 (E) Apenas I e III.

**70.** Assinale a afirmativa correta com relação ao Ministério Público, de acordo com os artigos 127 a 132 da Constituição da República Federativa do Brasil.

- (A) O Ministério Público é composto exclusivamente pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Trabalho e pelos Ministérios Públicos dos Estados.
- (B) A organização e as atribuições de cada Ministério Público são estabelecidas por lei complementar da União, de iniciativa exclusiva do Procurador-Geral da República.
- (C) Aos membros do Ministério Público é permitido participar de sociedade comercial, exercer advocacia privada, bem como desempenhar atividade político-partidária.
- (D) As funções institucionais do Ministério Público abrangem a promoção da ação de inconstitucionalidade e o exercício do controle externo da atividade policial.
- (E) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto, entre outros, de três membros do Ministério Público Federal e de quatro membros do Ministério Público dos Estados.

**71.** Com base no artigo 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, é **INCORRETO** afirmar que os servidores públicos civis têm direito a

- (A) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.  
 (B) remuneração do serviço extraordinário, minimamente superior em cinquenta por cento à do normal.  
 (C) férias anuais remuneradas com um terço a mais do que a remuneração normal, vedado o pagamento antecipado.  
 (D) irredutibilidade de vencimentos ou salários e repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.  
 (E) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

**72.** Assinale a alternativa que apresenta uma função do Ministério Público prevista no artigo 111 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

- (A) Prestar assistência jurídica e administrativa aos Municípios, a título complementar.  
 (B) Assistir as famílias atingidas pelo crime e defender-lhes os interesses.  
 (C) Promover a unificação da jurisprudência administrativa do Estado.  
 (D) Pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da administração estadual.  
 (E) Propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, direta e indireta.

**73.** Assinale a afirmação correta em relação ao controle de constitucionalidade, com base no artigo 95 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

- (A) O Procurador-Geral de Justiça deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.  
 (B) A Mesa da Câmara Municipal poderá propor tão-somente ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.  
 (C) O Prefeito Municipal não poderá propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.  
 (D) O Procurador-Geral do Estado deverá ser citado quando o Tribunal de Justiça apreciar inconstitucionalidade, em concreto, de lei.  
 (E) A Mesa da Assembléia Legislativa poderá propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal.

**74.** Um oficial de justiça solicitou a João, denunciado pelo Ministério Público pela prática do delito de lavagem de dinheiro, a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para não proceder à sua citação pessoal. João, todavia, não aceitando a proposta, acabou sendo devidamente citado pelo oficial de justiça. Nesse caso, o oficial de justiça responderá pela prática do crime de

- (A) prevaricação.
- (B) concussão consumada.
- (C) tentativa de corrupção passiva.
- (D) corrupção passiva consumada.
- (E) tentativa de concussão.

**75.** No que se refere aos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral, considere as afirmativas abaixo.

- I - Delegado de Polícia que revela dados sigilosos de inquérito policial comete o crime de violação de sigilo funcional.
- II - O crime de abandono de função possui forma qualificada quando do fato resulta prejuízo público.
- III- O crime de peculato mediante erro de outrem admite a forma culposa.
- IV- No crime de excesso de exação (art. 316, § 1º do CP), o pagamento do tributo indevidamente exigido extingue a punibilidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

**76.** Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao delito de violação de sigilo funcional (art. 325, CP).

- (A) O funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão da função e que deveria permanecer em segredo comete, em tese, o crime de violação de sigilo funcional.
- (B) O funcionário público que empresta a senha, facilitando o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações da Administração Pública, comete, em tese, o delito de violação de sigilo funcional qualificado.
- (C) O funcionário público que permite o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública que deveriam permanecer em segredo comete, em tese, o crime de violação de sigilo funcional.
- (D) Qualifica o crime de violação de sigilo funcional a ocorrência de dano à Administração Pública ou a outrem.
- (E) O funcionário público que facilita a revelação de fato do qual tem ciência em razão do cargo e que deveria permanecer em segredo comete, em tese, o delito de violação de sigilo funcional.

**77.** Considere as afirmativas abaixo acerca dos crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral.

- I - O funcionário público que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo incidirá nas penas do delito de prevaricação (art. 319 do CP), por ter deixado de praticar ato de ofício.
- II - O sujeito ativo do delito de condescendência criminosa (art. 320 do CP) somente pode ser o funcionário público que ostente posição hierarquicamente superior à do funcionário infrator.
- III- A pena do crime de condescendência criminosa (art. 320 do CP) será aumentada da terça parte se o agente for ocupante de cargo em comissão, função de direção ou assessoramento.
- IV- O funcionário público que cometer o crime de violência arbitrária (art. 322 do CP) estará sujeito a pena de detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, além de pena correspondente à violência.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, II e IV.

**78.** Considere as afirmativas abaixo com relação à intimação e ao comparecimento da testemunha residente na Comarca do Tribunal do Júri à sessão do julgamento.

- I - Como regra geral, o julgamento não será adiado por não comparecimento de uma das testemunhas.
- II - O julgamento poderá ser adiado se uma testemunha deixar de comparecer, desde que uma das partes tenha, anteriormente, requerido sua intimação por mandado, indicando sua localização, independentemente da imprescindibilidade do depoimento.
- III- Havendo o oficial de justiça certificado que a testemunha não foi localizada no local indicado, o julgamento será adiado, para oportunizar uma segunda tentativa de intimação da testemunha.
- IV- Se, intimada, a testemunha não comparecer, o juiz presidente poderá suspender os trabalhos, determinando a condução da testemunha, ou adiar o julgamento, ordenando, também, a condução da testemunha.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

